

2. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 13 de março de 2013.

2.1 Base de Mensuração; As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.2 Moeda Funcional e moeda de apresentação:Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Entidade.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Estimativas Contábeis - A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e Passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas inclui a provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando constituída, o valor residual do ativo imobilizado e a provisão para descontinuidade. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

b) Ativos circulantes e não circulantes: Caixa e equivalente a caixa: Incluem valores em caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento igual ou inferior a 90 (noventa) dias e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. **Contas a receber de clientes:**As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. São registradas pelo valor faturado, obedecendo ao regime contábil da competência.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa: Constituída em montantes considerados suficientes pela Administração da Entidade para fazer eventuais perdas na realização dos créditos, quando necessário. **Estoques:** São avaliados ao custo médio de aquisição, que não exceda o valor de realização e referem-se aos produtos de materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo geral, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e medicamentos. **Imobilizado** - Demonstrado pelo valor do custo de aquisição e contempla a depreciação correspondente, que é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens.

c) Passivos Circulantes e não circulantes: Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. **d) Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a entidade possui obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável quem em curso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **e) Subvenções:** As subvenções governamentais tanto para aquisição de imobilizado quando para custeio das atividades são reconhecidas pelo seu valor original e registradas ao resultado do exercício obedecendo ao regime contábil de competência. **f) Patrimônio Social** - Composto pelos resultados obtidos ao longo do período de existência da entidade e não tem capital social, devido à sua natureza jurídica de associação, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. **g) Apuração do superávit (déficit) dos exercícios:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência de exercício, inclui o efeito líquido entre as receitas e as despesas, tendo o seu valor apurado, incorporado ao patrimônio social. As receitas auferidas correspondem a cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados e subvenções que, quando recebidas, são aplicadas em bens de capital, distinguindo-se o registro de cada uma na escrituração de acordo com a respectiva natureza. Por sua vez, os gastos incorridos no custeio são registrados como despesa, de forma que na apresentação das demonstrações financeiras o resultado da operação da Entidade tenha a um equilíbrio entre as receitas e despesas, observando os princípios contábeis e de acordo com as cláusulas estabelecidas em contrato. **h) Instrumentos financeiros - Ativos financeiros não derivativos:** A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes.

Passivos financeiros não derivativos: Todos os passivos financeiros não derivativos da Entidade são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A entidade tem o seguinte passivo financeiro não derivativo: Fornecedores, honorários médicos e empréstimos-partes relacionadas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	2012	2011
Fundo Fixo	1.500	1.500
Banco conta movimento	772.012	733.815
Aplicações financeiras a curto prazo		14.865
	773.512	750.180

(a) Correspondem aos saldos disponíveis em contas depositadas no Banco Banpará.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Descrição	2012	2011
Secretaria executiva de saúde pública	3.783.962	2.780.101
	3.783.962	2.780.101

Subsequente ao encerramento do exercício social e até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras os valores das contas a receber foram totalmente recebidos.

6. ESTOQUES

Descrição	2012	2011
Dietas enterais e parenterais	44.280	14.257
Fios Cirúrgicos	24.588	18.824
Gases Medicinais	71.028	97.736
Materiais de Hemodialise		21.910
Materiais de radiologia	24.994	12.735

12. ENTIDADES LIGADAS

Descrição	2012	2011
Empréstimos entre Unidades (a)	(415.181)	(342.182)
Pro-Saude - Matriz (b)	4.777.374	1.073.542
	4.362.193	731.360

(a) Corresponde a empréstimos efetuados às outras unidades pertencentes à Pró-Saude ABASH, sem a cobrança de encargos e prazo para devolução. São elas: Hospital de Santarém e Hospital de Marabá.

(b) Refere-se aos valores a repassar para sede administrativa correspondente a serviços de apoio técnico devidamente pactuado no contrato de gestão.

13. PROVISÃO PARA DESCONTINUIDADE DE CONTRATO

Os valores provisionados a título de descontinuidade das atividades correspondem à multa rescisória do FGTS de 50% sobre o valor dos depósitos nas contas vinculadas, mediante a previsão de rescisão de contrato de gestão. Esses custos incorridos são parte integrante dos orçamentos, reconhecidos mediante provisão e distribuídos ao longo dos períodos do contrato de gestão pactuado.

14. PROVISÃO PARA CONTIGÊNCIAS

A Entidade não possui nenhum processo de natureza civil ou trabalhista com probabilidade de perda provável em tramite na justiça em 30 de junho de 2012.

15. RECEITAS DE PACIENTES S.U.S (Saúde)

As receitas de pacientes S.U.S, referem-se ao contrato de gestão pactuado com a Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará, para gestão do hospital. Os valores correspondem à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados e no exercício de 2012 montaram R\$ 42.456.942 (2011 - R\$ 32.303.170).

16. DESPESAS COM PESSOAL

Descrição	2012	2011
Salários e ordenados	(6.480.257)	(5.174.534)
Insalubridade	(482.529)	(374.353)
Horas Extras	(855.597)	(514.714)
Décimo Terceiro Salário	(800.244)	(548.259)
Férias	(1.054.037)	(791.827)
FGTS	(1.133.406)	(621.348)
Contribuição Patronal ao INSS	(2.471.648)	(1.855.986)
Isenção da Contrib. Patronal INSS	2.471.648	1.855.986
Outras despesas com pessoal	(664.034)	(853.086)
	(11.470.104)	(8.878.121)

17. SERVIÇOS DE TERCEIROS

Descrição	2012	2011
Serviços médicos tomados de pessoa física	(22.528)	(1.255)
Serviços médicos tomados de pessoa jurídica	(19.888.823)	(14.545.014)
Serviços tomados de pessoa física		(11.048)
Serviços tomados de pessoa jurídica	(3.062.763)	(3.088.313)
	(22.974.113)	(17.645.600)

18. DROGAS, MATERIAIS E MEDICAMENTOS

Descrição	2012	2011
Medicamentos	(1.244.148)	(864.891)
Ortese e Protese	(316.863)	(338.976)
Materiais de Uso do paciente	(737.456)	(729.585)
Gases medicinais	(1.263.129)	(1.014.076)
Gêneros alimentícios	(652.108)	(571.546)
Materiais de limpeza e lavanderia	(414.791)	(370.388)
Materiais de conservação, rep e cons div.	(773.382)	(1.270.782)
Serviços tomados de pessoa física	(711.091)	(1.085.556)
	(6.112.698)	(6.245.800)

19. REMBOLSO DE DESPESAS

Refere-se à taxa de administração acordada no contrato de gestão pactuado com a Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará, e repassada mensalmente.

20. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS, LÍQUIDAS

O resultado financeiro líquido da Entidade é composto por:

Despesas financeiras	2012	2011
Tarifas bancárias	(25.363)	(27.933)
Juros passivos e multas	(785.260)	(103.767)
	(810.623)	(131.700)

Receitas financeiras	2012	2011
Rendimento de aplicações financeiras	189	11.988
Descontos obtidos	266.965	522.479
	267.154	534.467
Resultado financeiro, líquido	(543.469)	402.767

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros que a Entidade possui são classificados da seguinte forma:

Risco de liquidez

O risco financeiro considerado pela Administração é o risco de liquidez, onde a Entidade possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Entidade trabalha alinhando a disponibilidade e a geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados.

22. INSS COTA PATRONAL

(a) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - A Entidade protocolou o pedido de renovação do CEBAS (Certificado de entidade Beneficente de Assistência Social) no CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social) em novembro de 2009, que o encaminhou ao art. 34 da lei 12.101/09, sendo que ele não foi julgado até a data de aprovação dessas